

AÇÃO DECLARATÓRIA DE MATERNIDADE

REGISTRO DE NASCIMENTO

Recurso Ap .
Tribunal TJSC

ALIMENTOS — CONTESTAÇÃO - FILHOS MAIORES E CAPAZES - CONSTITUIÇÃO DE NOVA FAMÍLIA

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ... VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL DE, menor impúbere, brasileiro, nascido nesta Capital no dia ..., filho de ... brasileira, solteira, empregada doméstica, não alfabetizada, portadora da Cédula de Identidade com o RG nº ..., inscrita no Ministério da Fazenda com o CPF nº ..., ambos residentes nesta Capital na Avenida ..., e neste ato, por ela representado, vêm respeitosamente ante a ilustre presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado e bastante procurador, instrumento de procuração pública lavrado pelo Registro Civil do ...o Subdistrito da Capital/... (Doc.), com fundamento no artigo 227, parágrafo 6º da Constituição Federal, Lei 8.560 de 29 de dezembro de 1992 e Lei nº 5.478/68, propor a presente ação de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C COM ALIMENTOS Em face de ..., com qualificação desconhecida, domiciliado nesta Capital na Rua ... nº ..., CEP ..., pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor: DOS FATOS Os pais do Requerente, à época dos fatos, se conheceram em um baile denominado ..., situado no Bairro da ..., sendo certo que passaram a freqüentar semanalmente aquele local, iniciando um namoro. Como consequência do namoro sobreveio a intimidade de corpos, culminando com continuadas relações sexuais, que tiveram início em ..., sendo que a concepção do menor se deu durante a segunda quinzena do mês de ... de ..., por volta do dia ..., e perduraram por aproximadamente 03 meses, quando o Requerido foi avisado da gravidez. No período acima indicado, a mãe do requerente residia na Rua ..., nº ..., no Bairro ..., sendo fato notório, as continuadas visitas que o requerido fazia à mãe do requerente e o efetivo namoro que mantinham à época. Decorridos 3 meses das primeiras relações sexuais, a genitora do requerente levou ao requerido a notícia de que se encontrava grávida, sendo que o requerido, ao tomar conhecimento do fato, afastou-se da mesma sem maiores explicações. A mãe do requerente, no período em que manteve o relacionamento com o requerido, foi sua companheira exclusiva, honesta e recatada. O Requerente nasceu em ..., conforme a inclusa Certidão de Nascimento, lavrada pelo Cartório de Registro Civil e Tabelionato do ...o Subdistrito - ..., no livro de registro de nascimentos n. ... às Fls. ... (Doc.02) Após o nascimento do requerente, o requerido não o reconheceu como filho e passados dois meses procurou ver o requerente sendo que nesta oportunidade sua mãe solicitou auxílio para o sustento pois o mesmo estava passando fome, chegando a aventar a possibilidade de "dar" a criança para não sacrificá-la ainda mais, fato que à época não sensibilizou o Requerido que alegou não ter condições financeiras para prestar auxílio. Assim, magoada com a inesperada atitude do Requerido, manteve seu filho por sua única e exclusiva conta. Quando completou 3 anos de idade, o Requerido, por iniciativa própria, visitou o Requerente, demonstrando afeto e carinho, salientando-se o fato de que quando realizou a visita veio acompanhado por seus irmãos e irmãs que trataram a criança, como parentes seus. A insensibilidade do Requerido outrora demonstrada, parece ser "águas passadas", pois a cerca de 06 (seis) meses atrás, acompanhado de sua companheira, visitou o Requerente e em conjunto demonstraram verdadeiro sentimento humanitário, ficando certo que ele, o Requerente, seria formalmente reconhecido como filho legítimo, bem como se prontificou a contribuir com alguma ajuda nos alimentos, sendo o emocionado fato acompanhado por testemunhas. Nesta oportunidade ainda, levou consigo o filho a um churrasco em meio a seus familiares antecipando suas intenções de reconhecer legitimamente seu filho. Passado cerca de um mês do evento supra citado, o Requerido retornou

ao lar do Requerente contribuindo com o pagamento de parte de seu material escolar na quantia de R\$..., sendo certo que retornou outras vezes para visitá-lo. Necessário salientar que o Requerido declarou que não haveria resistência em reconhecer a paternidade do menor, motivo pelo qual, com o costumeiro respeito, REQUER à Vossa Excelência se digne a designar audiência de tentativa de conciliação que ao que tudo indica restará frutífera. O requerido é funcionário de uma empresa de reformas e confecções de portas de aço denominada "...", situada na Rua ... nº ... - ..., onde recebe salários regulares cujo valor não se sabe ao certo. DO DIREITO Predomina a corrente jurisprudencial